



LIVRO Carvalho da Silva apresenta novo trabalho, dia 28, em Braga

“O grande desafio desta legislatura é não permitir que medidas de excepção passem a normalidade”

Manuel Carvalho da Silva, barcelense de 69 anos, coordenador da delegação de Lisboa do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e do Observatório sobre Crises e Alternativas, do mesmo centro, apresenta o seu mais recente estudo, “Trabalho e Políticas de Emprego, Retrocesso Evitável”, terça-feira, dia 28, às 18h, na Biblioteca Lúcio Craveiro, em Braga. A obra foi feita em coautoria com os também coordenadores do CES, Pedro Hespanha e José Castro Caldas. O livro será apresentado pelo sociólogo barcelense, Manuel Carlos Silva, e Ana Paula Marques, professora da Universidade do Minho.

Os últimos trabalhos de Carvalho da Silva, publicados em 2016, foram: “Concertação Social: a Atividade da CPCS de 2009 a 2015 - Ecos das Políticas Europeias, Cadernos do Observatório sobre Crises e Alternativas”; “Contra o neoliberalismo, a utopia do Trabalho”, ambos publicações em revistas científicas, e “Do penalti contra a minha juventude à construção da esperança”.



Pedro Granja

Fotos: Arquivo/DR

Em conversa com o Barcelos Popular (BP), Carvalho da Silva falou sobre o livro que resulta do “trabalho de uma equipa de mais de dez pessoas” de várias áreas, elaborado no âmbito do terceiro Relatório do Observatório sobre Crises e Alternativas que incidiu, sobretudo, desde 2010, nos anos dos Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC’s), dos Governos PS de José Sócrates, passando pelo período da intervenção externa, a chamada Troika, nos Governos PSD/CDS, de Passos Coelho e Paulo Portas: “Do ponto de vista

da Concertação Social, foram vistas e analisadas todas as actas das reuniões durante sete anos. Desde 1 de Janeiro de 2009 até 31 de Dezembro de 2015, já no final do Memorando de Entendimento entre Portugal e os credores externos. Mais de mil páginas e pareceres do Conselho Económico e Social”, sublinhou. Para além de analítico, o livro faz, ainda, uma série de propostas, no âmbito da Concertação Social, nomeadamente a substituição da “excessiva governamentalização da sua agenda por uma acção do Governo que dinamize o diálogo e a negociação” ou a importância de se “contrariar a subor-

dinação e a apropriação passiva da agenda da União Europeia com o debate e a formulação das estratégias de Portugal face à crise do euro e da UE”. Pegando numa das frases do livro destacadas na primeira cerimónia de apresentação pelo presidente da Assembleia da República – “de todas as reformas realizadas ao abrigo do Memorando, aquelas que afectam o trabalho e o emprego são as que carreiam para o futuro um lastro mais pesado” –, Carvalho da Silva avisa o actual Governo PS e as forças políticas que o apoiam, BE, PCP e Os Verdes: “O grande desafio desta legislatura é não permitir que medidas de excepção passem a normalidade”. Se isso acontecer, argumenta, “fixavamo-nos o nosso patamar de desenvolvimento uns pontos abaixo do que deveria ser fixado. Não podemos ter um Governo só com um ministro e múltiplos secretários de Estado, como a direita anda a reclamar. Só o das Finanças e os outros a submeterem-se todos a eles”, atira. Embora diga que a “reposição de alguns rendimentos”, feita pelo actual Governo, “tem tido um reflexo positivo no emprego e no crescimento económico”, e que “a confiança dos empresários aumentou”, Carvalho da Silva defende ser fundamental mais firmeza, sobretudo perante os parceiros externos. Ou seja, o sociólogo barce-

lense, apesar de reconhecer que a “geringonça” portuguesa é “um caso de estudo em todo o mundo”, chegou à “fase crucial”, a segunda metade da legislatura, em que não pode ceder: “Perante as instituições internacionais é preciso estar sempre a testar os seus limites”, argumentando com os factos que foram acontecendo desde o início desta solução governativa, há cerca de dois anos: “Dizia-se na Europa que muita coisa não era permitida, mas tem-se conseguido alguma flexibilidade, perante a pressão dos países”. Prova, conclui, que a estratégia do anterior Governo não era inevitável e estava errada: “Não podemos ter uma atitude de subserviência como a direita reclama, antes uma posição ofensiva e continuar a testar os limites dos tratados e das determinações que vão sendo desenhadas” pelas

instituições europeias. As políticas de emprego são, assim, fundamentais para o salto qualitativo que Portugal necessita, “através da criação efectiva de emprego de qualidade”, a estimulação da Rede Social e a “exploração de outros programas de escala local como os Contratos Locais de Desenvolvimento Social; a “reanimação do Mercado Social de Emprego” e a negociação colectiva. Neste último âmbito, são propostas algumas alterações ao quadro legal implementado em 2003, através da eliminação da “possibilidade de caducidade unilateral das convenções colectivas”. Proibir que a “negociação individual entre trabalhador e empregador contrarie as normas definidas por convenção colectiva”, impedindo, assim, a “adaptabilidade individual e banco de horas individual”, é outra das propostas.

**TRABALHO
E POLÍTICAS
DE EMPREGO**
um retrocesso evitável

MANUEL CARVALHO DA SILVA
PEDRO HESPAÑA
JOSÉ CASTRO CALDAS
(coord.)

Observatório sobre Crises e Alternativas

Manuel Carvalho da Silva é doutorado em Sociologia pelo ISCTE-IUL. Foi coordenador e secretário-geral da CGTP-IN entre 1986 e 2012 e presidente da CGTP-IN entre 2011 e 2016. Investigador do CES, coordena a sua delegação em Lisboa e o Observatório sobre Crises e Alternativas. É membro do Conselho Geral da Universidade do Minho.

Pedro Hespanha é doutorado em Sociologia. Professor da Faculdade de Economia de Coimbra e membro-fundador do Centro de Estudos Sociais, onde coordena o Núcleo de Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades e o Grupo de Estudos sobre Economia Solidária (GEOSS/ces). Integra o Observatório sobre Crises e Alternativas.

José Castro Caldas é doutorado em Economia. Foi professor do ISCTE-IUL e investigador do DINÁMIA. Atualmente é investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e membro do seu Observatório sobre Crises e Alternativas.